

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Camargos S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	14
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	18
1. CONTEXTO OPERACIONAL	18
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	19
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	22
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	23
6. IMOBILIZADO	23
7. INTANGÍVEL	24
8. FORNECEDORES	25
9. PROVISÕES.....	25
10. TRIBUTOS	25
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	26
12. RECEITA.....	28
13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	29
14. CUSTOS GERENCIÁVEIS.....	29
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	30
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	34
19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO.....	37
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia” ou “Camargos”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Cemig Geração Camargos S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
Camargos	46

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (MW)	Garantia Física Total (MW)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
UHE Camargos	46	21,60	UHE	1960	03/01/2053

Garantia Física realizada e esperada

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028	2029
UHE Camargos	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48	6,48

Modelo de negócio e condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/Jan/2026	Preço no ACR em 01/Jan/2026	Data e Índice de reajuste no ACR
Integral			
UHE Camargos	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 36.618 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em ocorreu em julho de 2024, atualização dos custos de transmissão em julho de 2024. Conforme Edital do leilão após primeiro ano 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão. Dessa forma a RAG representa apenas a parcela Regulada da receita (70% da energia, sendo os demais 30% de livre dispor de cada usina).

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era de R\$113.499 mil, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025).

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Camargos S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$2.448 mil, desse montante destaca-se a aquisição de resfriadores de gerador e cabos de aço.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia apresentou, no exercício de 2025, resultado regulatório de R\$33.271 mil, em comparação a R\$34.874 mil no exercício de 2024.

Receita

A Cemig Geração Camargos S.A. é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Camargos, conforme o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 11/2016 – ME – UHE Camargos, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Camargos S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A receita reconhecida em 2025 foi de R\$52.794 mil, comparada a R\$54.355mil em 2024.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$13.118 mil em 2025 (R\$11.953 mil em 2024), dos quais R\$475 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$944 mil em 2024) e R\$12.643 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$11.009 mil em 2024). A variação nos custos não gerenciáveis deve-se, principalmente, à redução dos custos com compra de energia elétrica para revenda.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$2.634 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 7,14% em relação ao Resultado de R\$35.905mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.415 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 6,48% em relação ao Resultado de R\$37.289 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$37.603 mil, comparado a R\$39.792 mil em 2024. A margem do LAJIDA foi de 80,96% em 2025 (83,78% em 2024), conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024	Var. %
Resultado regulatório	33.271	34.874	(4,60%)
Despesa com IR e CS	2.634	2.415	9,07%
Resultado financeiro	(2.577)	(1.748)	47,43%
Amortização e depreciação	4.275	4.251	0,56%
LAJIDA⁽¹⁾	37.603	39.792	(5,50%)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

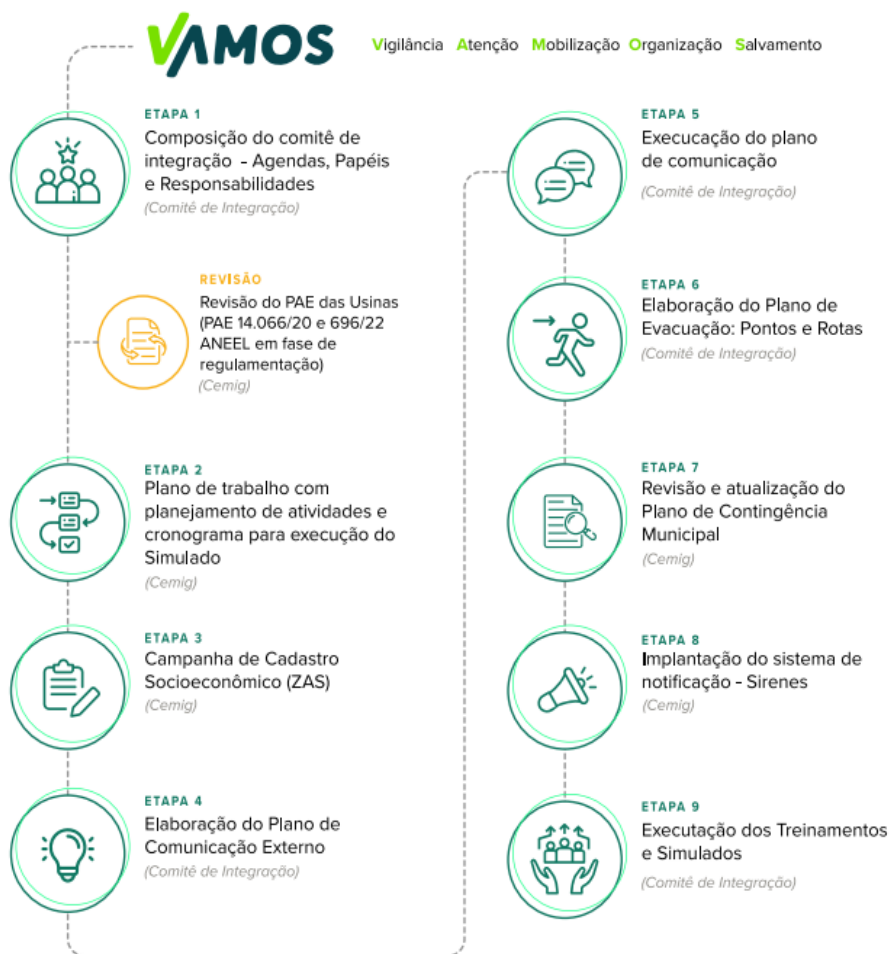
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Camargos é grata a Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Camargos S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Camargos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Camargos S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Camargos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Camargos S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Camargos S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de junho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.664	573
Investimentos Temporários	4	561	1.202
Consumidores e Revendedores	5	4.128	4.381
Tributos Compensáveis		276	11
Serviços em curso		357	-
Outros Créditos		13	18
TOTAL DO CIRCULANTE		6.999	6.185
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos Temporários	4	-	453
Tributos diferidos	0	222	-
Tributos Compensáveis		562	478
Imobilizado	6	7.657	5.334
Intangível	7	83.325	87.377
Direito de Uso		251	283
Outros Créditos		57	63
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		92.074	93.988
ATIVO TOTAL		99.073	100.173

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	4.925	3.193
Encargos Setoriais		1.001	275
Impostos, Taxas e Contribuições	10	580	630
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	10	675	306
Dividendos	11	19.942	20.965
Convênio de Compartilhamento	17	299	241
Passivo de Arrendamento		110	94
TOTAL DO CIRCULANTE		27.532	25.704
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Setoriais		-	578
Impostos, Taxas e Contribuições	10	1.540	1.325
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10	1.384	1.268
Passivo de Arrendamento		168	214
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.092	3.385
TOTAL DO PASSIVO		30.624	29.089
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	11	113.499	113.499
Prejuízos Acumulados	19.1	(45.051)	(42.415)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.448	71.084
PASSIVO TOTAL		99.072	100.173

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		2025	2024
RECEITA BRUTA	12a	52.794	54.355
Fornecimento Industrial		13.948	17.626
Fornecimento não Faturado Industrial		512	1.181
Suprimento Cotas - Geração Própria		37.908	36.155
Suprimento não faturado - Cotas - Geração Própria		(1.228)	(1.270)
Transações com Energia na CCEE		1.654	508
PIS/Pasep e Cofins a Serem Restituídos a Concessionárias		-	155
TRIBUTOS	12b	(4.561)	(5.259)
PIS/Pasep		(359)	(367)
Cofins		(1.656)	(1.695)
ICMS		(2.546)	(3.197)
ENCARGOS – PARCELA “A”	12b	(1.787)	(1.602)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(130)	(133)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(186)	(189)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(93)	(95)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(188)	(144)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.134)	(984)
CDE sobre P&D		(56)	(57)
RECEITA LÍQUIDA	12	46.446	47.494
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”	13	(475)	(944)
Encargos de Uso da Rede de Distribuição		(325)	(311)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(150)	(633)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		45.971	46.550
CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”		(12.643)	(11.009)
Pessoal e Administradores	14a	(549)	(743)
Materiais		(637)	(183)
Serviços de Terceiros	14b	(7.092)	(5.746)
Depreciação		(4.180)	(4.168)
Amortização do Direito de Uso		(95)	(83)
Outros Custos Operacionais		(90)	(86)
RESULTADO DA ATIVIDADE		33.328	35.541
Resultado financeiro	15	2.577	1.748
Receitas Financeiras		2.682	1.825
Despesas Financeiras	19.4	(105)	(77)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		35.905	37.289
Despesa com Tributos sobre o Lucro	16	(2.634)	(2.415)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		33.271	34.874

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	33.271	34.874
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	33.271	34.874

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	113.499	-	(35.792)	77.707
Resultado do exercício	-	-	34.874	34.874
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(20.532)	-	(20.532)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(20.965)	(20.965)
Dividendos adicionais propostos	-	20.965	(20.965)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(2.642)	2.642	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.209	(2.209)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	113.499	-	(42.415)	71.084
Resultado do exercício	-	-	33.271	33.271
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(15.965)	-	(15.965)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(19.942)	(19.942)
Dividendos adicionais propostos	-	19.942	(19.942)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(6.076)	6.076	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.099	(2.099)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	113.499	-	(45.051)	68.448

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	33.271	34.874
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 14)	4.180	4.168
Amortização do direito de uso (Nota 14)	95	83
Tributos corrente e diferidos (Nota 16)	2.634	2.415
Juros passivo de arrendamento	23	24
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	-	(155)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias (Nota 15)	(52)	-
Rendas de aplicações financeiras (Nota 15)	(2.582)	(1.770)
	37.569	39.639
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	253	142
Serviços em curso	357	-
Tributos compensáveis	265	(457)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16)	222	-
Outros créditos	(39)	95
	1.058	(220)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	(1.732)	1.925
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 16)	2.141	-
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 10)	(165)	307
Encargos regulatórios	(148)	267
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	(58)	(65)
Outros passivos circulantes	9	(108)
	47	2.326
Caixa gerado nas atividades operacionais	38.674	41.745
Imposto renda e contribuição social pagos (Nota 16)	(1.772)	(2.805)
Juros Recebidos (Nota 15)	2.579	1.754
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	39.481	40.694
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	(30.160)	(42.315)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	31.262	44.047
Imobilizado (Nota 6)	(2.448)	(2.391)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.346)	(659)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 11)	(36.930)	(41.064)
Arrendamentos pagos	(114)	(76)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(37.044)	(41.140)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.091	(1.105)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	573	1.678
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.664	573
	1.091	(1.105)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia” ou “Camargos”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.844/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Camargos da Cemig GT para a Cemig Geração Camargos S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Camargos possui 46 MW de potência instalada e 21,6 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Camargos, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$20.536, sendo a maior parte relativa a dividendos obrigatórios (R\$19.519 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis

societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 11 de junho de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 12– Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 18 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Contas Bancárias				59	37
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	-	1.553	-
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,91% a 12,15%	52	536
TOTAL				1.664	573

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	482	940
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	64	243
Fundos vinculados				7	1
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1% a 122,90% CDI	8	18
				561	1.202
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	-	453
				-	453
Total				561	1.655

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes		Total 2025	Total 2024
	Correntes a vencer			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de Energia	352	-	352	1.169
Fornecimento não faturado	352	-	352	1.181
(-) - Arrecad. Processo Classif.	-	-	-	(12)
Suprimento energia - Moeda nacional	310	-	310	94
Suprimento/Encargo rede não faturado	3.466	-	3.466	3.118
Total	4.128	-	4.128	4.381

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		3.881	(582)	3.299	3.026	(457)	2.569
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,57	129	(20)	109	129	(15)	114
Máquinas e equipamentos	3,80	3.752	(562)	3.190	2.897	(442)	2.455
Em curso		4.358	-	4.358	2.765	-	2.765
Total		8.239	(582)	7.657	5.790	(456)	5.334

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	2.996	-	855	855	3.881	(582)	3.299
Obras civis, benfeitorias e edificações	129	-	-	-	129	(20)	109
Máquinas e equipamentos	2.867	-	855	855	3.752	(562)	3.190
Em curso	2.794	2.448	(855)	1.593	4.358	-	4.358
Total	5.790	2.448	-	2.448	8.239	(582)	7.657

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Reservatórios, Barragens e Adutoras	11	-	11
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	91	19	110
Máquinas e Equipamentos	1.844	483	2.327
Total das Adições Imobilizado	1.946	502	2.448

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2025 é de 3,79% (3,77% em 2024).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

7. INTANGÍVEL

	2025			2024		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Geração	118.667	(35.342)	83.325	118.667	(31.290)	87.377
Bonificação pela outorga	109.208	(30.550)	78.658	109.208	(30.254)	78.954
Extensão da concessão	9.459	(4.792)	4.667	9.459	(1.036)	8.423
Total	118.667	(35.342)	83.325	118.667	(31.290)	87.377

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Valor bruto em 31/12/2025	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço					
Geração	118.667	118.667	(35.342)	83.325	87.377
Bonificação pela outorga	109.208	109.208	(30.550)	78.658	78.954
Extensão da concessão	9.459	9.459	(4.792)	4.667	8.423
Total	118.667	118.667	(35.342)	83.325	87.377

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento de energia	-	26
Materiais e serviços	4.925	3.167
Total	4.925	3.193

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ação de natureza patrimonial, que discute a reintegração de posse de áreas destinadas à construção do reservatório da UHE Camargos, no montante de R\$16 (R\$14 em 31 de dezembro de 2024), cuja contingência de perda é possível. Adicionalmente, em 31 dezembro 2025 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

10. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2025	2024
Circulante		
ICMS	114	288
COFINS	156	168
INSS	273	127
Outros	37	47
	580	630
Não circulante		
COFINS	1.266	1.089
PASEP	274	236
	1.540	1.325
TOTAL	2.120	1.955

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	349	153
Contribuição Social	326	153
TOTAL	675	306

c) Imposto de Renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	865	839
Contribuição Social	519	429
TOTAL	1.384	1.268

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia era de R\$113.499, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2025	2024
Reserva Legal	17.991	15.892
Reserva de Retenção de lucros	19.942	20.965
Absorção de prejuízos regulatórios	(37.933)	(36.857)
TOTAL	-	-

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.099 de Reserva Legal em 31 de dezembro 2025, correspondendo a

5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação. (R\$2.209 em 2024).

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido societário do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	41.983	44.139
Reserva legal constituída	(2.099)	(2.209)
	39.884	41.930
Dividendo obrigatório	19.942	20.965
Dividendos obrigatórios	19.942	20.965
Dividendos adicionais propostos	19.942	20.965
Total dos Dividendos	39.884	41.930

d) Destinação do Resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$41.983 seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.099 para constituição de reserva legal;
- R\$19.942 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.942 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.965
Proposta de dividendos adicionais ref. 2024	15.965
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2024	(36.930)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	19.942
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.942

12. RECEITA

	2025	2024
Fornecimento Industrial	13.948	17.626
Fornecimento não faturado - Industrial	512	1.181
Suprimento cotas - Geração própria	37.908	36.155
Suprimento comercial - Geração própria	(1.228)	(1.270)
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	1.654	508
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	155
Suprimento bruto de energia elétrica (a)	52.794	54.355
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(6.348)	(6.861)
Receita líquida	46.446	47.494

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento Industrial	5	-	38	-	13.948	17.626
Fornecimento não faturado - Industrial	-	-	-	-	512	1.181
Suprimento cotas - Geração própria	88	-	108	-	37.908	36.155
Suprimento não faturado cotas - Geração própria	-	-	-	-	(1.228)	(1.270)
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	1.654	508
Outras receitas	-	-	-	-	-	155
Total	93	-	146	-	52.794	54.355

(b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos		
ICMS	2.546	3.197
COFINS	1.656	1.695
PIS-PASEP	359	367
	4.561	5.259
Encargos		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	130	133
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	186	189
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	93	95
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	188	144
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.134	984
CDE sobre P&D	56	57
	1.787	1.602
Total	6.348	6.861

13. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	150	633
Encargos de uso da rede básica de distribuição ⁽¹⁾	325	311
Total	475	944

(1) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

14. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Pessoal e administradores (a)	549	743
Materiais	637	183
Serviços de terceiros (b)	7.092	5.746
Depreciação e amortização	4.275	4.251
Outros custos e despesas operacionais líquidos	90	86
	12.643	11.009

a) Pessoal e Administradores

	2025	2024
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	504	693
	504	693
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	27	37
Participação nos resultados	11	9
Benefícios dos administradores	7	4
	45	50
TOTAL	549	743

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Convênio de compartilhamento – O&M	3.904	3.164
Manutenção, Conservação e Instalação	1.131	887
Meio Ambiente	1.138	823
Conservação e Limpeza de Prédios	421	385
Vigilância	242	210
Tecnologia da Informação	175	151
Auditoria Externa	38	36
Outros	43	90
TOTAL	7.092	5.746

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.592	1.776
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	-	16
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	52	-
Outras	38	33
	2.682	1.825
Despesas Financeiras		
Outras Variações monetárias	(81)	(49)
Juros Passivo de Arrendamento	(23)	(24)
Outras	(1)	(4)
	(105)	(77)
RESULTADO FINANCEIRO	2.577	1.748

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	53.312	53.312
ICMS ST	(95)	(95)
	53.217	53.217
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	2.600	2.600
Outras Receitas Financeiras	59	59
Base de Cálculo - Lucro Presumido	6.916	9.045
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.037	813
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	668	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.705	813
Rendas de aplicações	2.592	2.592
Rendas Aplicações resgatadas	2.600	2.600
Rendas de aplicações não resgatadas	(8)	(8)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(2)	(1)
Receita por competência diferida	4.435	4.435
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	335	502
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	89	48
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(36)
Alíquota	25%	9%
Total	(6)	(3)
Corrente	1.705	813
Diferido	74	42

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	54.245	54.245
ICMS ST	(98)	(98)
	54.147	54.147
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.798	1.798
Outras Receitas Financeiras	26	26
Base de cálculo Lucro Presumido	6.156	8.322
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	923	749
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	592	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.515	749
Rendas Aplicações não resgatadas	(23)	(23)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(6)	(2)
Receita por competência diferida	5.460	5.460
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	352	528
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido, receita por competência	88	59
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(24)
Alíquota	25%	9%
Total	(6)	(3)
Corrente	1.515	749
Diferido	97	54

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	246	-	-	3.100	2.924	(2)	(2)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e

decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	26	-	-	(325)	(311)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	133	-	-	(728)	(311)
Cemig SIM	-	-	-	108	-	-	-	(479)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.386	772	-	-	(3.550)	(3.517)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.942	20.965	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$19.942. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	51	535	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	553	1.200	-	-	9	21	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	453	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	34	37
Participação nos resultados	14	12
Previdência privada	2	4
Total	50	53

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores		4.128	4.128	4.381	4.381
Investimentos temporários		208	208	-	-
		4.336	4.336	4.381	4.381
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.605	1.605	536	536
Investimentos temporários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	275	275	940	940
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	64	64	243	243
Debêntures	2	7	7	17	17
		1.951	1.944	1.719	1.719
		6.287	6.280	6.100	6.100
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(4.925)	(4.925)	(3.193)	(3.193)
Passivo de arrendamentos		(279)	(279)	(308)	(308)
		(5.204)	(5.204)	(3.501)	(3.501)

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como

dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado baixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.925	-	-	-	-	4.925
Passivo de Arrendamento	10	10	106	148	98	372
TOTAL	4.935	10	106	148	98	5.297

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Camargos. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido

a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

19. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

Notas	2025			2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.664	-	1.664	573	-	573
Investimentos Temporários 19.2	561	(7)	554	1.202	(1)	1.201
Consumidores e Revendedores	4.128	-	4.128	4.381	-	4.381
Tributos Compensáveis	276	-	276	11	-	11
Serviços em Curso 19.3	357	(357)	-	1	(1)	-
Ativo Financeiro da Concessão 19.1	-	18.771	18.771	-	17.892	17.892
Outros Créditos 19.2	13	7	20	17	2	19
TOTAL DO CIRCULANTE	6.999	18.414	25.413	6.185	17.892	24.077
NÃO CIRCULANTE						
Investimentos Temporários	-	-	-	453	-	453
Tributos diferidos	222	-	222	-	-	-
Tributos Compensáveis	562	-	562	478	-	478
Ativo Financeiro da Concessão 19.1	-	144.406	144.406	-	140.333	140.333
Imobilizado	7.657	-	7.657	5.334	-	5.334
Intangível 19.1	83.325	(75.193)	8.132	87.377	(78.953)	8.424
Direito de Uso	251	-	251	283	-	283
Outros Créditos	57	-	57	63	-	63
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	92.074	69.213	161.287	93.988	61.380	155.368
ATIVO TOTAL	99.073	87.627	186.700	100.173	79.272	179.445

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		4.925	-	4.925	3.193	-	3.193
Encargos Setoriais	19.3	1.001	(357)	644	275	-	275
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher		675	-	675	306	-	306
Impostos, Taxas e Contribuições		580	-	580	630	-	630
Dividendos		19.942	-	19.942	20.965	-	20.965
Convênio de Compartilhamento		299	-	299	241	-	241
Passivo de Arrendamentos		111	-	111	94	-	94
TOTAL DO CIRCULANTE		27.533	(357)	27.176	25.704	-	25.704
NÃO CIRCULANTE							
Encargos Setoriais		-	-	-	578	-	578
Impostos, Taxas e Contribuições		1.540	-	1.540	1.325	-	1.325
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.384	-	1.384	1.268	-	1.268
Passivo de Arrendamentos		168	-	168	214	-	214
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.092	-	3.092	3.385	-	3.385
TOTAL DO PASSIVO		30.625	- 357	30.268	29.089	-	29.089
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital Social		113.499	-	113.499	113.499	-	113.499
Reservas de Lucros	19.1	-	42.933	42.933	-	36.857	36.857
Prejuízos Acumulados	19.1	(45.051)	45.051	-	(42.415)	42.415	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		68.448	87.984	156.432	71.084	79.272	150.356
PASSIVO TOTAL		99.073	87.627	186.700	100.173	79.272	179.445

b) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		52.794	4.952	57.746	54.355	5.505	59.860
Fornecimento Industrial		13.948	-	13.948	17.626	-	17.626
Fornecimento não Faturado Industrial		512	-	512	1.181	-	1.181
Suprimento Cotas - Geração própria		37.908	-	37.908	36.155	-	36.155
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria		(1.228)	-	(1.228)	(1.270)	-	(1.270)
Transações com Energia na CCEE		1.654	-	1.654	508	-	508
Amortização do ativo financeiro	19.1	-	(19.299)	(19.299)	-	(18.415)	(18.415)
Atualização do ativo financeiro	19.1	-	24.251	24.251	-	23.920	23.920
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	155	-	155
TRIBUTOS		(4.561)	-	(4.561)	(5.259)	-	(5.259)
PIS/Pasep		(359)	-	(359)	(367)	-	(367)
Cofins		(1.656)	-	(1.656)	(1.695)	-	(1.695)
ICMS		(2.546)	-	(2.546)	(3.197)	-	(3.197)
ENCARGOS		(1.787)	-	(1.787)	(1.602)	-	(1.602)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(130)	-	(130)	(133)	-	(133)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(186)	-	(186)	(189)	-	(189)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(93)	-	(93)	(95)	-	(95)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(188)	-	(188)	(144)	-	(144)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.134)	-	(1.134)	(984)	-	(984)
CDE sobre P&D		(56)	-	(56)	(57)	-	(57)
RECEITA LÍQUIDA		46.446	4.952	51.398	47.494	5.505	52.999
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(475)	-	(475)	(944)	-	(944)
Encargos de uso da rede de distribuição		(325)	-	(325)	(311)	-	(311)
Energia elétrica comprada para revenda		(150)	-	(150)	(633)	-	(633)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		45.971	4.952	50.923	46.550	5.505	52.055
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(12.643)	3.760	(8.883)	(11.009)	3.760	(7.249)
Pessoal e administradores		(549)	-	(549)	(743)	-	(743)
Materiais		(637)	-	(637)	(183)	-	(183)
Serviços de terceiros		(7.092)	-	(7.092)	(5.746)	-	(5.746)
Depreciação e amortização	19.1	(4.180)	3.760	(420)	(4.168)	3.760	(408)
Amortização direito de uso		(95)	-	(95)	(83)	-	(83)
Outros custos operacionais		(90)	-	(90)	(86)	-	(86)
RESULTADO DA ATIVIDADE		33.328	8.712	42.040	35.541	9.265	44.806
Resultado financeiro		2.577	-	2.577	1.748	-	1.748
Receitas financeiras		2.682	-	2.682	1.825	-	1.825
Despesas financeiras		(105)	-	(105)	(77)	-	(77)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		35.905	8.712	44.617	37.289	9.265	46.554
Despesa com tributos sobre o lucro		(2.634)	-	(2.634)	(2.415)	-	(2.415)
Resultado líquido		33.271	8.712	41.983	34.874	9.265	44.139

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	156.432	150.356
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(3.356)	(3.356)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(84.628)	(75.915)
Operações de arrendamento mercantil	-	(1)
Patrimônio líquido regulatório	68.448	71.084

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	41.983	44.139
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(4.952)	(5.505)
Amortização - Ativo intangível	(3.760)	(3.760)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(8.712)	(9.265)
Lucro líquido regulatório	33.271	34.874

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

19.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

19.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

19.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2026.

Outorgada: Cemig Geração Camargos S.A.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC- MG – 121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.